

Atualidades

ALCA E UNIÃO EUROPÉIA: INTERESSES ESPECÍFICOS E GERAIS DA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA

FREDERICO AUGUSTO MONTE SIMIONATO

I — Introdução. II — Limitações dos interesses e consenso nas negociações. III — Centro de poder econômico e centro de interesses. IV — O fim da teoria da dependência e os novos interesses da política exterior brasileira. V — Considerações finais. Bibliografia.

I — Introdução

A determinação dos interesses da política exterior brasileira deverá sempre ter como ponto de partida a realização de uma política comercial forte e de negociação. Se não fosse assim ela começaria muito fraca e ficaria perdida diante da atual estrutura de exploração capitalista global. Hoje o que se vê na Europa é uma estrutura de poder político extremamente conflitante internamente e que gera um *déficit* de representação exterior por parte dos países europeus, que não possuem ainda, e talvez nunca terão, uma política exterior comum. Na União Européia é clara a diversidade de política entre Inglaterra e França nas questões internacionais, que não envolvam o comércio, como as intervenções militares.

Ora, se o Brasil quer participar deste jogo internacional, e principalmente, se o Brasil acredita ser um país que tenha as condições e pré-requisitos para participar deste sistema internacional de interesses altamente segmentados nos quais a política continua cada vez mais obediente ao sistema econômico — e para isto basta ver a União Européia — na qual o Banco Central Europeu possui mais poder que muitos dos principais políticos europeus, o Brasil

deve antes de qualquer coisa começar a tomar posições que sejam fortalecedoras do mercado de consumo nacional, estabelecer uma moeda forte e gerar o máximo possível de crescimento econômico. Isto tudo parece fácil para se propor e realizar, principalmente para nós juristas. O que ocorre é que a realidade é sempre a resposta concreta, e no curto espaço de tempo parece que o Brasil terá algumas dificuldades práticas de incrementar e transformar sonhos em realidade. A União Européia vive hoje uma crise sem precedentes. Esta crise tem três vertentes: (i) desemprego; (ii) alargamento para a entrada de novos países; (iii) *déficit* democrático. Ora, a União Européia começou como uma Comunidade Econômica. Ocorre que hoje já foi feito tudo que se poderia fazer para aumentar e incrementar o comércio nesta região e agora o debate mudou completamente e se questiona até que ponto esta União é realmente democrática, no que diz respeito à representação popular e legitimação de suas decisões.¹

1. Sobre este debate, Philippe Schmitter, *How to Democratize the European Union — And Why Bother?*; Bino Olivi, *L'Europa Difficile — Storia Politica dell'Integrazione Europea 1948-2000*; Neil Nugent, *The Government and Politics of the European Union*.

Nos dias atuais se fala em Constituição e Carta de Direitos Fundamentais para a União Européia.

Neste cenário internacional no qual a política exterior de vários e importantes países europeus e asiáticos tem sido feita, no mais das vezes, para agradar a vontade e os interesses dos norte-americanos, fica um pouco complicado imaginar que o Brasil, com milhões de pobres, sem moeda forte e estável, e com uma participação irrisória no comércio internacional, conseguiria reverter alguns dos principais caminhos desta política internacional. O que se nota é a formação de uma nova divisão de políticas que representam interesses nacionais. Neste contexto a proposta da ALCA é péssima para os interesses brasileiros. Ela representa, com novas vestes, a velha e sempre nova política exterior que os EUA têm diante da América Latina e em especial para o Brasil. Entrar na ALCA seria desastroso a médio e longo prazo para a economia brasileira. A estrutura diplomática e a teoria de política exterior brasileira sempre foram e serão umas das melhores do mundo, ao contrário da sua política interna. A representação brasileira sempre, desde os velhos tempos, enalteceu o pensamento liberal e de justiça nas relações internacionais. Então, do ponto de vista das negociações, o Brasil não tem nada a temer com a ALCA.

O grande problema seria a implicação, que independem das próprias negociações, que a ALCA causaria na economia e na política brasileira e sul-americana. O México é um grande exemplo do modelo de integração norte-americano, que talvez não seja o mais adequado para o Brasil.² O Brasil não precisa fazer uma escolha de Sofia entre ALCA e União Européia. A questão

2. "Os romanos, nas províncias de que se assenhorearam, observaram bem estes pontos: fundaram colônias, conquistaram a amizade dos menos prestigiosos, sem lhes aumentar o poder, abateram os mais fortes e não deixaram que os estrangeiros poderosos adquirissem conceito" (Machiavelli, *O Príncipe*, p. 15). Em política, Machiavelli será eterno e pode explicar em poucas palavras esta tão complexa modernidade...

realmente não é esta. Se fosse, o destino do Brasil seria triste. Assim, a política exterior de comércio da UE tenderá sempre ao seu protecionismo natural (como, p. ex., no setor agrícola) e tenderá sempre e cada vez mais para o lado da política exterior dos EUA (sobre esta tendência basta ver a Inglaterra), sem falar na sempre crescente interferência política dos partidos racistas seja dentro da própria União Européia ou nos Parlamentos nacionais em cada país europeu.³ A realidade é que o laço entre EUA e UE está muito forte no comércio.⁴ O Brasil deveria descartar de imediato a opção ALCA e começar a pensar em um mundo global.

Ora, se o Brasil devesse escolher hoje uma solução para a sua política exterior a União Européia seria aquela que poderia trazer, de imediato, melhores resultados econômicos e políticos. Por que da mesma maneira que uma parte da política européia está atrelada até o pescoço com os EUA existe ainda uma outra parte muito significativa de políticos europeus importantes que estão procurando, desesperadamente, uma alternativa para as relações internacionais no mundo, e o fortalecimento do Brasil, país amigo por excelência, seria para

3. "A França viveu em 2002 um dos episódios políticos mais depressivos de sua história, ao ver aproximar da Presidência do país o líder de extrema direita Jean-Marie Le Pen. Não é apenas Le Pen que incomoda, mas tudo que ele traz também consigo: o que há de mais velho e recalitrante na sociedade francesa, como o racismo, fora uma resistência implacável à mudança, à renovação. A França é um país envelhecido, que cultua a si mesmo como uma glória do passado, não como uma força do futuro. Tem horror à globalização, que ela associa à americanização do mundo. Ela vive o presente como uma decadência adiada, incapaz que é de se desfazer de seus fantasmas nacionalistas e abrir-se às levadas de imigrantes, que, estes sim, são a verdadeira força da globalização no país e estão renovando a vida francesa, com muito custo, como um dia os imigrantes renovaram a vida americana" ("Uma revolução pós-revolucionária", Alcino Leite Neto, correspondente da *Folha* em Paris, publicado em 3.1.2003, na *Folha On Line*).

4. P. ex., é impensável que o turismo europeu possa viver sem os turistas americanos

muitos uma grande chance de ressurgimento e também para realizar uma nova política global. Este discurso se escuta na elite da política de centro-esquerda da Europa e em algumas universidades. O Brasil deve negociar diretamente com a Europa novas posições que não sejam somente de caráter comercial. O Brasil é já um grande parceiro comercial da Europa. O que se precisa fazer agora é colocar Europa e Brasil (Mercosul) em condição de negociação de posições importantes dentro dos organismos internacionais e que a posição consensual brasileira e européia sejam realmente a fonte de uma política internacional diferente da atual política monocrática dos EUA.⁵

II — Limitações dos interesses e consenso nas negociações

Quando se fala de interesses se deve precisar o que este termo significa. Ora, para Roscoe Pound, o interesse público na integridade da personalidade estatal pode ser entendido como interesse social na segurança das instituições sociais entre as quais as instituições políticas é uma forma. Quando se tem reconhecido, delimitado e assegurado um interesse, é importante identificar o interesse individual que o antecede e lhe garante significação jurídica. Com efeito, quando se considerar quais interesses reconhecer e dentro de quais limites se procura ajustar pretensões conflitantes e antagonicas, é necessário subsumir os interesses individuais diante dos interesses sociais. O termo interesse pode ser dividido em seis classes: (a) interesses sociais na segurança geral e na segurança das instituições sociais; (b) interesse social na moral geral; (c) na conservação dos recursos so-

ciais; (d) no progresso coletivo; (e) na proteção da vida individual.⁶

Então, é claro que toda política é movida por um interesse. Este interesse na política exterior precisa ser delineado entre os interesses sociais na segurança geral e na segurança das instituições e também no progresso coletivo. O comércio ganhou tamanha proporção na atualidade que muitos talvez não vejam que o comércio é hoje a chave de toda política exterior e que, por conta disso, o interesse nacional pode ficar em segundo plano diante da magnitude do império das grandes companhias. Este fenômeno não é de todo novo e basta olhar a história para ver que a expansão comercial é sempre seguida de guerras ou conflitos generalizados.

O que o Brasil significa politicamente no mundo contemporâneo das relações exteriores? Esta certamente é uma pergunta que não posso responder. O que se vê, inicialmente, é uma tentativa de tomada de novas posições, a começar da crise venezuelana. Esta crise mostra com clareza a defesa de novos interesses específicos da política exterior brasileira, mas não se sabe até que ponto esta nova política é unânime dentro do Itamaraty. Juntamente com a crise econômica sem precedentes na Argentina e com o narcotráfico na Colômbia, a América do Sul nunca esteve tão entregue a si mesma como hoje. Ademais, com a preocupação dos EUA na guerra contra o terrorismo, com o novo eixo do mal, a América do Sul está passando por um momento bastante singular. Com o descaso da comunidade internacional com a Argentina, o Brasil está, aos poucos, tomando o lugar de centro de irradiação de novas perspectivas políticas para o continente. O que ocorre politicamente é uma crise existencial. Nos últimos anos o Brasil traçou fortes linhas dentro da diplomacia internacional. A presença do ex-Presidente Fernando Henri-

5. Ademais, o Brasil deve partir para uma nova política dentro da OEA, aumentando sua influência nesta organização e, conseqüentemente, nos demais países sul-americanos, em especial. Agora, acredito que não seja em nada aconselhável uma política conflitante com os interesses dos EUA porque isto seria suicídio político.

6. Roscoe Pound, *Examen de los Interesses Sociales*, p. 21.

que Cardoso foi singular para o desenvolvimento desta política.

Esta política mostra o amadurecimento do Brasil depois da queda do muro de Berlim. Enquanto muitos se perderam neste caminho o Brasil pôde começar a pensar com liberdade e autodeterminação nos pontos fundamentais de sua política exterior. A proposta do Mercosul é a resposta clara deste novo sistema. O Mercosul foi, e ainda é, e espero que seja por muito tempo, a tomada de decisão para colocar em primeiro lugar o interesse específico do Brasil em aumentar o comércio na região e aumentar sua importância política nesta mesma região. O fracasso do Mercosul seria também o fracasso da política exterior do Brasil para o cone sul e a proposta ALCA seria a materialização deste fracasso.

A ALCA representa a absorção total do mercado brasileiro pelas grandes companhias norte-americanas. Uma coisa que poucos pensam é no valor imensurável que o mercado brasileiro tem no mundo. O Brasil foi a 8ª economia do mundo graças ao trabalho de sua gente, dos políticos e do empresariado. O mercado brasileiro é hoje o mais cobiçado do mundo e acredito que nos próximos anos nenhum outro país do planeta terá as mesmas oportunidades e chances de crescimento econômico. Os EUA já dominam grande parte deste mercado brasileiro com suas empresas transnacionais. O que a ALCA significa é trazer as condições que impeçam, por exemplo, o fortalecimento do comércio exterior brasileiro com a UE ou com a Ásia.

O fenômeno que se vê muito contemporaneamente no Brasil é a colocação da América do Sul como interesse específico. Antes, a política exterior brasileira para o continente era de caráter geral, ou seja, significava que o Brasil passaria sempre por Washington para chegar a Buenos Aires. Este discurso era sempre genérico e sem fins realmente precisos. Esta situação parece que está mudando e, talvez, represente o maior passo que se pode pensar em política exterior no mundo. Seria, afinal de

contas, o desvencilhamento da política norte-americana para a América do Sul, em especial para o Brasil, Argentina e Venezuela (petróleo).

O comércio que se defende dentro da ALCA é um comércio excludente. Seria a imposição de condição das negociações por parte dos americanos impedindo por completo que países como Argentina tenha uma posição de destaque dentro deste processo. Os EUA desenvolveram a tese da ALCA pensando somente em uma coisa: Brasil. Eles não se importam em nada com Paraguai, Bolívia ou Equador. A questão do ponto de vista dos americanos dentro da ALCA é: o que fazer com o Brasil e suas futuras possibilidades comerciais no mundo? A ALCA, nos termos propostos, é o bloqueio desta possível expansão comercial e política brasileira nas relações globais de comércio e de política global.

A questão comercial é sempre uma dialética de força. Os interesses que ela representa ultrapassam os limites da própria atividade empresarial e passam a repercutir na psicologia social, nos costumes, nos desejos de consumo, nas prioridades de vida da população, nos conflitos e diversidades sociais e econômicas, na busca por novos meios de satisfação de necessidades, ou seja, determinam com clareza uma parte considerável da atual mentalidade de consumo das pessoas. Ora, para alguns, o direito deve sempre correr atrás deste fato econômico, limitando vontades etc. Na macroeconomia a concorrência seria a forma de regulação deste mercado. Ora, de tudo que se pode ver no mundo empresarial o mais difícil de encontrar é a concorrência. O empresário detesta concorrência. Qualquer pessoa tem uma natural tendência de buscar o monopólio ou o oligopólio em suas atividades e isso até nos seus sentimentos mais profundos. No Brasil, alguns defendem um sistema ideal de proteção da concorrência em um discurso teórico pouco ou quase nada convincente, sem correlação com a vida prática dos negócios, fazendo da regulação dos mercados um fim

em si mesma. Ora, ver nos blocos comerciais uma forma de regulação do mercado parece ser uma visão um pouco simplista diante da importância e das multiplicidades dos efeitos que os blocos econômicos provocam na política, no comércio, nas pessoas, nos trabalhadores etc. A União Européia é a resposta cabal que a limitação e a regulação do mercado representam pontos de partida de uma estrutura muito maior que se está construindo. Se não fosse assim, chegar-se-ia à conclusão que o Estado existe tão-somente para regular a vida das pessoas e das empresas, impondo regras, e que o direito não teria outra função senão estabelecer uma infra-estrutura jurídica para fazer valer a supremacia do fator econômico sobre qualquer outro em sociedade. Esta visão econômica do direito e da política não deve prevalecer. A política deve representar interesses que não se limitem apenas ao fator econômico, porque a política exterior é a expressão da vontade geral dos povos e pessoas, e esta vontade geral deve, necessariamente, ter em consideração interesses nacionais, quer sejam os culturais, sociais, de política nacional e de autodeterminação.

III — Centro de poder econômico e centro de interesses

Parece que o mundo tem um centro de poder que irradia outros interesses de natureza política e econômica que se materializam na vontade e nos interesses do império norte-americano. Se estes interesses são legítimos ou não, para a democracia mundial o comércio passa para o primeiro plano dos interesses da política a qual começa a se legitimar somente do ponto de vista das propostas econômicas.

Na Europa os interesses americanos são vários, sejam políticos, comerciais e estratégicos. Este fenômeno de supremacia americana no continente europeu se intensificou nos últimos anos com a reafirmação da OTAN. Deste ponto de vista, a política externa da Europa é risível. A União Européia não possui um representante político

que possa falar em nome do continente, e nos interesses do continente. O que se vê é uma fragmentação ridícula, e sempre fisiológica, da política exterior destes países. O atual exemplo da guerra contra o Iraque, promovido pelos interesses norte-americanos no petróleo, mostra a fragilidade européia dentro de um mundo globalizado.

A França e a Alemanha, dois dos poucos países europeus que mantêm ainda o mínimo da sua integridade histórica e política nas relações com os EUA, firmaram decisivamente sua posição sobre o possível conflito. Ora, de outro lado, está a sempre subserviente Inglaterra, que de império não tem mais nada e que vive atrelada aos EUA para reviver tempos de glória já passados, e a Espanha e a Itália. Esta última, politicamente, dispensa esclarecimentos e tem hoje um dos governos mais reacionários do planeta. O que causou espécies nestes últimos acontecimentos foi à posição do minúsculo Portugal, seguida das novas repúblicas como Hungria, Polónia e Checa a favor dos EUA.⁷

Então, neste cenário, como o Brasil deve posicionar sua política exterior diante do fracasso da então chamada política externa comum da União Européia? Esta resposta não se restringe à guerra contra o Iraque, mas envolve todo o conceito de identidade brasileira na sua política exterior.

O Brasil continua, infelizmente, uma potência adormecida. País continente, com

7. Dentro do Parlamento Europeu a maioria era contra a guerra do Iraque. Entretanto, é uma maioria muito apertada. O referido Parlamento declarou-se "contra qualquer ação unilateral contra o Iraque e que um ataque preventivo é contrário ao direito internacional" por 287 votos contra 209 e 26 abstenções. Na União Européia o Parlamento tem pouquíssimos poderes, não tem legitimação política e não representa a vontade geral da União Européia. O Parlamento Europeu é somente voz, e quem quiser escutar que escute. É composto, na sua maioria, por políticos de segundo escalão, sem grande representatividade ou peso político. O poder político em matéria internacional continua com os países-membros da UE e com os Parlamentos nacionais. Na verdade, o Parlamento Europeu é uma ficção política.

riquezas infindáveis, povo maravilhoso, o Brasil não tem ainda uma consciência de suas reais possibilidades. Sua política interna o sufoca de modo determinante e a ignorância de grande parte da sua elite política e empresarial impede o seu pleno desenvolvimento como potência internacional. É interessante ainda que a aliança EUA-Europa tem funcionado para impedir o surgimento de novas potências depois da queda do muro de Berlim. A própria Rússia tem enfrentado problemas que não esperava, e interferências americanas que não desejava.

A Carta dos Oito é muito significativa. Documento diplomático de interesse duvidoso, mostra a subserviência de alguns países europeus diante dos EUA. Com isso, um país do nível de Portugal, sem nenhum peso internacional, país velho e decadente, de repente passa para o primeiro plano da política internacional quando assina a Carta dos Oito. Ora, imaginem se Portugal assinasse alguma Carta que não tivesse do mesmo lado os EUA e conclua qual seria a importância política desta Carta para o cenário internacional.

A referida Carta fala por si só: “O vínculo que une os Estados Unidos e a Europa são os valores que partilhamos: a democracia, a liberdade individual, os direitos humanos e o estado de direito. Aqueles que zarparam da Europa e ajudaram a criar o que agora são os Estados Unidos da América levaram consigo estes valores para o outro lado do Atlântico. Os ataques do 11 de setembro ensinaram-nos até onde estão dispostos a chegar os terroristas, os inimigos destes valores comuns, na sua determinação em destruí-los. Estas atrocidades foram um ataque contra todos. A reação dos Governos e dos povos da Europa e dos Estados Unidos, defendendo com firmeza estes princípios, mostrou a força das nossas convicções. Hoje, mais do nunca, o vínculo transatlântico é uma garantia da nossa liberdade. A relação entre a Europa e os EUA sobreviveu ao passar do tempo. Graças ao valor, à generosidade e à visão do

futuro dos norte-americanos, a Europa livrou-se das formas de tirania que devastaram o nosso continente no século XX: o nazismo e o comunismo”.⁸

A Carta faz uma mistura de fatos e acontecimentos históricos completamente diferentes, como a 2ª Guerra Mundial — patrocinada pelos próprios europeus, alemães, austríacos, sem esquecer dos italianos — com os terroristas fundamentalistas muçulmanos. Ademais, o nazismo e o comunismo são criaturas dos próprios europeus.

Quando se fala de política se deve falar de cidadania. Na Europa, este conceito está se perdendo e a diferença parece ser sempre um defeito. Ora, o Ministro Bertel Haarder — que tratou da pasta dos Assuntos Europeus, e foi Ministro dos Refugiados, Imigrantes e da Integração —, em entrevista a revista *ISTOÉ*, respondeu a esta pergunta: “*ISTOÉ* — Semanalmente a França recebe cerca de dez brasileiros em situação ilegal que foram expulsos da Grã-Bretanha. Eles vão para Paris porque foi o primeiro destino europeu. Como resolver este tipo de situação? Haarder — Este é um bom exemplo de problemas que iremos enfrentar. Para isso, teremos de adotar uma linha padrão para os países do Terceiro Mundo, com uma política específica. Os brasileiros têm que ter os mesmos direitos na França ou na Inglaterra. Não vai ser fácil”.⁹ Uma coisa é o sonho de uma política externa brasileira diferente e decisiva. Outra coisa é a realidade. O Brasil pode continuar participando do jogo internacional como mero coadjuvante. Muitos querem isto, inclusive aqui dentro. A falência do Estado brasileiro é uma falência política interna e externa. Enquanto a corrupção continuar atingindo níveis absurdos será

8. A Carta foi assinada por: José Maria Aznar (Espanha), José Manuel Durão Barroso (Portugal), Silvio Berlusconi (Itália), Tony Blair (Grã-Bretanha), Peter Medgyessy (Hungria), Leszek Miller (Polónia), Fogh Rasmussen (Dinamarca), Vaclav Havel (República Checa).

9. Revista *ISTOÉ*, 22.1.2003, n. 1.738, p. 81.

difícil para nós postularmos uma posição diferenciada no mundo. A política exterior brasileira não precisa ser antagonista diante dos interesses políticos do EUA. A América do Sul está atolada em dívidas, narcotráfico e corrupção em níveis jamais vistos. Nesta mesma América do Sul existem padrões de desenvolvimento (saúde, tecnologias etc.) que é difícil encontrar inclusive nos países mais ricos. Então o paradoxo é total. O que se pergunta hoje não é como desenvolver a América do Sul, como naquelas velhas políticas da CEPAL, ALALC e ALADI. Este modelo acabou, até que enfim. O que se discute hoje, no Brasil, é como distribuir este desenvolvimento ao maior número possível de pessoas? Esta pergunta só a elite econômica brasileira pode responder. A exportação é a resposta lógica. Então, se a exportação for a grande alavanca para começar a fomentar o crescimento do próprio mercado nacional, a proposta ALCA toma proporções terríveis e assustadoras para o futuro do Brasil. O Brasil precisa imediatamente aumentar suas relações comerciais com China e Rússia. Com estes países o Brasil não tem problemas de produtos similares e que agravariam a concorrência. O Brasil deve tomar uma decisão política de "fechar" as portas e perseguir contrabandistas, que despejam no mercado nacional produtos de péssima qualidade com sonegação, e perseguir a lavagem de dinheiro.

Se o Brasil tiver a péssima idéia de participar da ALCA e não fizer nada contra o contrabando e o crime organizado o futuro político do Brasil no exterior tenderá, infelizmente, ao fracasso total. Esta é a realidade brasileira. O país vive uma encruzilhada histórica. Esta encruzilhada é política e necessita de uma decisão política de um novo contrato social. Para o Brasil almejar um futuro internacional deve fazer uma redefinição de prioridades. Como ser uma potência internacional sem ter grandes empresas transnacionais? O Brasil tem priorizado o crescimento das instituições financeiras em detrimento do crescimento

econômico. Isto se faz para fortalecer ao máximo a moeda, a qual já é tão fraca. Se não fosse assim, o Real desapareceria novamente com a volta da inflação. A nova proposta seria uma política de fortalecimento da moeda com crescimento e distribuição econômica. Só com uma moeda ancorada no mercado, e não só no sistema financeiro, que o Brasil começaria a ser respeitado no exterior. Sem isso, é mera ilusão esperar um lugar de destaque para o Brasil na política internacional.¹⁰

Um outro ponto importante é saber qual interesse a política exterior brasileira deve seguir e quem é o seu representante legítimo. Parece que esperar do Itamaraty tamanha responsabilidade seja muito mais que suas próprias forças. O interesse da política exterior brasileira deve refletir o interesse amplo do governo brasileiro. Não se restringe às questões puramente formais da diplomacia. Política é poder. Este poder, para ser respeitado, deve representar interesses bem determinados pelo governo. O interesse da política exterior brasileira deve refletir o interesse do povo brasileiro, dos seus cidadãos, dos seus empresários, da sua segurança, do meio ambiente e da sua soberania.

Como diz com maestria o Professor Celso Lafer, "a visão do mundo e do papel do Brasil nas relações internacionais é fruto das circunstâncias históricas que foram definindo nossa identidade internacional. Neste processo, certos valores foram se afirmando. Entre eles o da autonomia possível para uma potência média de escala continental situada na América do Sul. Este valor, com seus desdobramentos, passou a integrar o mapa da ação diplomática brasileira. Os valores, como explica Miguel Reale, são um bem cultural e tem uma objetividade que se revela no processo histórico. Com bem cultural, têm um suporte, uma base na realidade, mas têm igualmente

10. Não se pode esquecer o esforço europeu para fazer o Euro e aumentar sua influência no mercado financeiro internacional frente ao Dólar.

te um significado, que aponta para uma direção de 'dever-ser'. Por isso mesmo, referem-se à realidade, mas não se reduzem a ela. Os valores têm igualmente várias dimensões. Uma delas, além do significado direcional, é a possibilidade de realização, que diz respeito à capacidade de o valor efetivar-se historicamente com apoio numa determinada realidade sócio-político-econômica. É precisamente o tema da possibilidade de realização de uma visão do mundo que, na dialética mudança/continente, se colocou na agenda diplomática brasileira na década de 1990".¹¹ Este é o grande passo que o Brasil precisa dar para começar a andar com liberdade na política internacional. Para que a política exterior brasileira mude completamente de foco e passe a seguir os verdadeiros interesses nacionais ela deve cancelar completamente a expressão — a qual foi a razão de grande parte, se não a totalidade, da política brasileira — a *dependência econômica*.

IV — O fim da teoria da dependência e os novos interesses da política exterior brasileira

A inserção do Brasil dentro da ALCA seria a retomada da teoria da dependência para os assuntos internacionais brasileiros. Esta dependência seria econômica e política e seus reflexos, de uma maneira geral, seriam imprevisíveis para as relações internacionais na América do Sul e no mundo.

Como afirma, com precisão, Paulo Roberto de Almeida, "Num caso — consolidação do Mercosul — como no outro — começo da implantação da ALCA —, a data fatídica de 2005 aparece como um verdadeiro marco divisor, um 'antes' e um 'depois' num processo de escolhas cruciais que estarão sendo colocadas para os países do Mercosul nos primeiros anos do século XXI. Os estadistas do Brasil e da Argenti-

na, em primeiro lugar, não poderão furtar-se a essas opções dramáticas e da qualidade das respostas dadas por suas respectivas diplomacias econômicas a alternativas por vezes contraditórias dependerá o futuro do Mercosul (...). Conscientes do projeto ambicioso impulsionado pelos Estados Unidos, assim como de suas próprias fragilidades estruturais no confronto com a supremacia competitiva do *Big Brother* no Norte, os países-membros do Mercosul buscaram refrear o ímpeto inicial de, nos termos da Declaração de Miami, se 'começar imediatamente a construir a ALCA'. O Mercosul adotou uma postura essencialmente crítica em relação à ALCA, quando não um posicionamento cético à consecução de alguns — senão todos — objetivos fixados na Declaração de Miami, com exceção da própria meta geral de se empreender a construção de uma zona de livre-comércio hemisférica".¹²

Ora, ninguém melhor que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso para explicar, com clareza e conhecimento de fato, que "essa é a expressão do movimento internacional do capital que, embora se desenrole à escala mundial, formal e estruturalmente, dá-se unindo termos que são diferentes e assimétricos: a reprodução do capital implica em sua circulação no mercado internacional e nesta existe transferência de mais-valia pelo intercâmbio desigual e existe a apropriação de excedentes por parte das burguesias centrais graças à deterioração dos termos de intercâmbio (aspectos superficiais da dependência); mas implica essencialmente na extração da mais-valia através do processo de produção. E esta extração, no caso das situações de dependência, implica na questão de controle do trabalho local por capitalistas estrangeiros (qualidade acidental, do ângulo da extração direta da mais-valia que também pode

11. Celso Lafer, *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: Passado, Presente e Futuro*, pp. 114-115.

12. Paulo Roberto de Almeida, "O Brasil e o futuro do Mercosul: dilemas e opções", in Paulo Borba Casella (coord.), *Mercosul: Integração Regional e Globalização*, p. 21.

ser feita por capitalistas nacionais). E também implica, na transferência, para assegurar o circuito de produção, da massa de recursos acumulados da periferia para o centro, dada a heterogeneidade do sistema produtivo a nível mundial e a debilidade relativa dos setores tecnológicos avançados da periferia. É por isso que as deliberações e decisões da periferia encontram obstáculos reais na estrutura não só do comércio mundial, mas do sistema produtivo internacional".¹³

De uma certa forma a globalização, via ALCA, é uma nova forma de manter a dependência de capitais, implicando no comércio e nas novas possibilidades de negociações entre os países que não fazem parte do Centro. A proposta ALCA seria contrária aos interesses específicos do Brasil na região da América do Sul. Poderia ser também prejudicial para o interesse geral do Brasil porque iria inviabilizar o crescimento da presença internacional do Brasil em questões de política global.

Se a construção de uma nova sociedade é possível para a política o interesse político do Brasil na atualidade se resume ao Mercosul. Este deveria ser a pedra de toque da política exterior brasileira para a região. Qualquer outra forma de se posicionar diante do fenômeno associativo seria equivocada para o Brasil. A parceria dentro do Mercosul sempre foi difícil e seria muito estranho se os caminhos a serem traçados tivessem uma conotação de facilidade nos tratos entre Brasil e Argentina. Com histórico de interesses conflitantes, em muitos casos, a relação Brasil-Argentina tende, diante dos novos fatos, a tomar novas direções. Somente uma minoria de alucinados poderia ainda acreditar que a política dos EUA proposta, via FMI, para a economia Argentina seria satisfatória para alcançar o pleno desenvolvimento e sua estabilidade financeira.

O que ocorre é que a fragilidade institucional do Mercosul mostra a própria fragilidade institucional dos países que o integram. O Brasil vive uma democracia formal, na qual milhões de pessoas ficam total ou parcialmente excluídas das condições mínimas de subsistência, sem educação, com salários miseráveis, sem diversão ou esportes. A cidadania é ainda um desejo, não uma realidade.

Como escreveu Bobbio, "de qualquer modo, uma coisa é certa: os dois grandes blocos de poder descendente e hierárquico das sociedades complexas — a grande empresa e a administração pública — não foram até agora sequer tocados pelo processo de democratização. E enquanto estes dois blocos resistirem à agressão das forças que pressionam a partir de baixo, a transformação democrática da sociedade não pode ser dada por completa. Não podemos sequer dizer que esta transformação é realmente possível. Podemos apenas dizer que, se o avanço da democracia for de agora em diante medido pela conquista dos espaços até então ocupados por centros de poder não democrático, tantos e tão importantes ainda são estes espaços que a democracia integral (posto que seja meta desejável e possível) ainda está distante e é incerta".¹⁴

Um segundo objetivo dos EUA com a ALCA é dividir a América do Sul. Isto funcionaria, por exemplo, se determinados países sem expressão dentro da região aceitassem a participar da ALCA — porque para eles esta estrutura pode até ser conveniente em termos econômicos no curto e médio prazo — e, com isso, se reduziria a possível e tão sonhada expansão da interferência do raio de ação da política exterior brasileira sobre estes mesmos países. Um caso clássico foi com a Venezuela, quando o Brasil resolveu tomar a dianteira para tentar solucionar os impasses que ocorriam e que ocorrem neste país, através dos "Amigos da Venezuela". Interessante por-

13. Fernando Henrique Cardoso, *As Idéias e seu Lugar*, p. 198.

14. Norberto Bobbio, *O Futuro da Democracia: uma Defesa das Regras do Jogo*, p. 57.

que a política dos EUA sempre foi contra a atual política do governo venezuelano, e isto de maneira descarada.

V — Considerações finais

Ora, os EUA abriram, em fevereiro de 2003, as suas negociações com a ALCA para o Brasil. Na sua oferta inicial do documento que formaliza e abre as negociações com os 33 possíveis participantes, os EUA simplesmente reduziram de 63% para 58% o nível do volume de exportações brasileiras que entram nos EUA com taxa zero. Ora, imagina-se o que poderia ser feito com aquelas exportações brasileiras que são tributadas quando entram nos EUA.

Esta parece que será a moeda americana nas negociações da ALCA. A tentativa de isolar o Brasil é patente. Serão oferecidas novas e talvez interessantes condições para países sem nenhuma significação comercial dentro da América do Sul e Central para que todos eles, juntamente com os EUA, formem um cenário de negociações favoráveis e que possam mascarar os verdadeiros interesses dos EUA na região.

Com diz Descartes, *para distinguir as coisas mais simples daquelas que são complicadas e pôr ordem em sua investigação, cumpre, em cada série de coisas em que deduzimos diretamente algumas verdades umas das outras, observar o que é mais simples e como dele se distanciar, mais ou menos, ou igualmente, o resto.*

O Brasil precisa urgentemente descobrir o que lhe é mais simples e o que lhe é o mais complicado e o resto. Enquanto a sociedade política brasileira continuar girando em torno de si mesma, sem visões de continuidade sérias e de planejamento sustentável, terá dificuldades de alcançar e de defender seus interesses. No mundo, e na filosofia do direito internacional, a força e o estado natural continuam em pleno vigor. Em um mundo de igualdades formais, o estado mais forte materialmente tenderá sempre a procurar a sua expansão, e aquele que lhe é menos forte deverá, ao menos,

procurar manter a sua liberdade ao máximo possível, para que, um dia, transforme igualdade formal em equilíbrio material. O caminho do Brasil dentro da ALCA será duro e perigoso porque hoje se joga o futuro do Brasil no mundo. E isto precisa ser lembrado por todos.

Bibliografia

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. "O Brasil e o futuro do Mercosul: dilemas e opções", in CASELLA, Paulo Borba (coord.). *Mercosul: Integração Regional e Globalização*. São Paulo, Renovar, 2000.
- BEUTLER, B., BIEBER, R., PIPKORN, J., STREIL, J., e WEILER, J. H. H. *Die Europäische Union: Rechtsordnung und Politik*. Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 1998 (trad. it., *L'Unione Europea: Istituzioni, Ordinamento e Politiche*. Bolonha, Il Mulino, 2001).
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: uma Defesa das Regras do Jogo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *As Idéias e seu Lugar*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- CASELLA, Paulo Borba (coord.). *Mercosul: Integração Regional e Globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo, Renovar, 2000.
- LAFFER, Celso. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: Passado, Presente e Futuro*. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- MACHIAVELLI. *O Príncipe*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.
- NUGENT, Neil. *The Government and Politics of the European Union* (trad. it., *Governo e Politiche dell'Unione Europea*. Bolonha, Il Mulino, 2001).
- OLIVI, Bino. *L'Europa Difficile — Storia Politica dell'Integrazione Europea 1948-2000*. Bolonha, Il Mulino, 2000.
- POUND, Roscoe. *Examen de los Intereses Sociales*. Buenos Aires, Ed. Perrot, 1959.
- SCHMITTER, Philippe. *How to Democratize the European Union — And Why Bother?*. Lanham, Md., Rowman & Littlefield, 2000 (trad. it., *Come Democratizzare l'Unione Europea e Perché?*. Bolonha, Il Mulino, 2000).